

ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ESGOTAMENTO ENTRE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE APÓS A PANDEMIA: REALIDADE INVISIBILIZADA NA ATENÇÃO BÁSICA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.924132501084>

Maria Alda Carneiro De Oliveira

Possui graduação em Serviço Social - UNIVENETO (2013), Pós-graduação em Políticas Públicas - UNIVENETO (2016)

Rayssa Vitória Pires Lopes

Graduanda em Enfermagem pela Universidade CEUMA (UNICEUMA)

Raimundo Denis Dos Santos Lima

Graduando em Enfermagem pela Universidade Paulista – UNIP

Claumir Gonçalves Medrado Júnior

Enfermeiro. Especialista em Saúde do Trabalhador, Esp. Urgência Emergência e UTI, Esp. Docência do Ensino Superior, Esp. Auditoria em Saúde

Gabriella De Oliveira Vieira

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista – UNIP

Cleydiane De Oliveira Silva Lúcio

Graduando em Enfermagem pela UNISULMA - Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão

Ray Sousa Alves Miranda

Biólogo. Secretário de Saúde do Município de Senador La Rocque. Graduando em Enfermagem pela Universidade Paulista – UNIP

Paloma Rosa Da Silva Coimbra

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista – UNIP

Luciene Barroso Soares

Graduada em Tecnologia em Segurança do Trabalho pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Robson Alves Lourenço

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista – UNIP

RESUMO: A pandemia de COVID-19 impôs desafios inéditos aos sistemas de saúde, afetando particularmente os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que atuam na linha de frente da Atenção Básica. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos psicossociais pós- pandemia em ACS, com ênfase na prevalência de sintomas de ansiedade, depressão e esgotamento profissional. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando descritores como “agente comunitário de saúde”, “ansiedade”, “depressão”, “burnout” e “COVID-19”. Os resultados apontam para uma significativa sobrecarga emocional e negligência institucional frente à saúde mental desses profissionais. Conclui-se que, apesar do papel fundamental dos ACS na consolidação do SUS, sua saúde mental permanece invisibilizada nas políticas públicas, exigindo estratégias específicas de acolhimento e cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Agente comunitário de saúde. COVID-19. Atenção primária. Burnout.

ANXIETY, DEPRESSION AND BURNOUT AMONG COMMUNITY HEALTH WORKERS AFTER THE PANDEMIC: AN INVISIBLE REALITY IN PRIMARY CARE

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic poses unexpected challenges to healthcare systems, particularly affecting Community Health Agents (CHWs), who work on the front lines of Primary Care. This study aims to analyze the post-pandemic psychosocial impacts on CHWs, with an emphasis on the prevalence of symptoms of anxiety, depression, and burnout. This is an integrative literature review conducted in SciELO, LILACS, and PubMed databases, using descriptors such as “community health agent,” “anxiety,” “depression,” “burnout,” and “COVID-19.” The results point to significant emotional overload and institutional neglect regarding the mental health of these professionals. It is concluded that, despite the fundamental role of CHWs in consolidating the SUS (Unified Health System), their mental health remains invisible in public policies, requiring specific support and care strategies.

KEYWORDS: Mental health. Community health agent. COVID-19. Primary care. Burnout.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, constituiu um dos maiores desafios sanitários, sociais e econômicos da história recente. Seus impactos ultrapassaram os limites hospitalares e atingiram com força a Atenção Primária à Saúde (APS), responsável pelo cuidado contínuo, integral e comunitário. Nesse cenário, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foram essenciais no enfrentamento da pandemia, atuando na linha de frente em ações de educação em saúde, monitoramento de sintomas, apoio psicossocial e encaminhamento de casos suspeitos, mesmo diante de condições laborais adversas (BRASIL, 2020a; RIBEIRO *et al.*, 2021).

Desde sua formalização na década de 1990, por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), os ACS se tornaram figura estratégica na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), aproximando os serviços públicos da realidade concreta das comunidades, especialmente nas periferias urbanas e áreas rurais (BRASIL, 2017). Inseridos nas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), esses profissionais atuam como ponte entre os saberes biomédicos e as práticas culturais locais, desenvolvendo um trabalho territorializado, contínuo e relacional (BARROS; NASCIMENTO, 2022).

Durante a pandemia, a atuação dos ACS foi marcada por múltiplas funções: visitas domiciliares em situações de risco, orientação à população sobre medidas de prevenção, combate à desinformação, vigilância ativa de casos e suporte emocional às famílias enlutadas. Essas atribuições, muitas vezes exercidas sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados ou apoio técnico e psicológico, aumentaram significativamente a sobrecarga de trabalho e a vulnerabilidade emocional desses profissionais (MIRANDA; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Mesmo diante desse protagonismo, os ACS continuam sendo uma categoria frequentemente invisibilizada nas discussões sobre saúde do trabalhador, sobretudo no que se refere aos aspectos psicossociais. Relatos de exaustão física, medo constante de contaminação, ansiedade, depressão, luto não elaborado e sensação de abandono institucional compõem um cenário preocupante de adoecimento mental no período pós- pandêmico (SILVA *et al.*, 2022; LIMA *et al.*, 2023). A ausência de políticas públicas específicas voltadas ao cuidado emocional dos ACS contribui para a naturalização desse sofrimento e para o silenciamento de suas necessidades (LIMA *et al.*, 2023).

A literatura recente tem demonstrado que o sofrimento mental entre os ACS manifesta-se, em grande parte, por sintomas relacionados à Síndrome de Burnout, transtornos de ansiedade e depressão, com impactos diretos na qualidade do atendimento prestado à população e na permanência desses profissionais no serviço (FERREIRA; COSTA, 2022). No entanto, são escassos os estudos e as intervenções institucionais que se debruçam sobre essa realidade, perpetuando um ciclo de adoecimento silencioso.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo refletir sobre os impactos psicossociais da pandemia de COVID-19 na saúde mental dos Agentes Comunitários de Saúde, com ênfase nos níveis de ansiedade, depressão e esgotamento profissional. Busca-se, ainda, evidenciar a invisibilidade institucional vivenciada por esses trabalhadores e a necessidade de implementação de políticas públicas de cuidado, valorização e proteção da saúde mental no âmbito da Atenção Básica.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura, método que possibilita a síntese do conhecimento produzido sobre determinado tema, de forma sistemática e ordenada, permitindo a incorporação de evidências na prática profissional e subsidiando a formulação de políticas públicas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Essa abordagem é particularmente útil para o mapeamento de lacunas científicas, análise de tendências e compreensão crítica de fenômenos complexos como o adoecimento psíquico de trabalhadores da saúde.

A revisão seguiu as etapas propostas por Mendes et al. (2008), a saber: (1) elaboração da pergunta norteadora, (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão, (3) identificação das bases de dados, (4) seleção dos estudos, (5) análise e interpretação dos dados e (6) apresentação da síntese dos resultados. A pergunta norteadora deste estudo foi: “Quais são os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de Agentes Comunitários de Saúde, com ênfase em sintomas de ansiedade, depressão e esgotamento profissional no contexto da Atenção Básica?”

A busca foi realizada nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed (National Library of Medicine – EUA), por serem repositórios amplamente utilizados na área da saúde e que contemplam literatura nacional e internacional relevante ao objeto do estudo. Foram utilizados os seguintes descritores controlados e não controlados, combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”: agente comunitário de saúde, ansiedade, depressão, burnout, sofrimento psíquico e COVID-19. A busca foi realizada em 2025.

Os critérios de inclusão foram: artigos originais publicados entre 2021 e 2025, nos idiomas português, inglês ou espanhol, com disponibilidade gratuita e texto completo, que abordassem de forma direta os aspectos psicosociais e/ou os transtornos mentais relacionados à atuação dos ACS no contexto da pandemia ou do pós-pandemia. Foram excluídos estudos duplicados, editoriais, cartas ao editor, revisões narrativas, resenhas, dissertações e teses e artigos que não tratassem especificamente dos ACS ou da temática de saúde mental.

A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para triagem inicial. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura integral dos textos para verificação da adequação aos critérios estabelecidos. Os dados extraídos dos artigos selecionados foram organizados em uma planilha elaborada pelos autores, contendo as seguintes informações: autores, ano de publicação, periódico, objetivos, tipo de estudo, população envolvida, principais achados e considerações sobre ansiedade, depressão ou burnout em ACS.

A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura crítica e interpretação temática, permitindo a categorização dos resultados de acordo com os principais aspectos abordados nos estudos, bem como a identificação de lacunas na produção científica. O presente estudo não envolveu experimentação direta com seres humanos e, por isso, não exigiu submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconizado pela Resolução CNS nº 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Intensificação do Trabalho e a Invisibilidade

Durante a pandemia de COVID-19, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenharam um papel central nas ações de enfrentamento à crise sanitária. Entre suas principais atribuições estiveram o rastreamento de contatos de casos confirmados, a orientação da população sobre medidas de prevenção e isolamento social, o monitoramento clínico de pacientes suspeitos ou em recuperação e o acompanhamento domiciliar de pessoas com comorbidades, gestantes e idosos, considerados grupos de risco (SILVA *et al.*, 2022).

Essas atividades, que já faziam parte da rotina dos ACS em menor intensidade, foram profundamente ampliadas e passaram a ser executadas em contextos de alta pressão, medo generalizado e carência de recursos materiais e humanos. Em muitas localidades, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados expôs os trabalhadores ao risco contínuo de infecção, elevando os níveis de estresse e insegurança (RIBEIRO *et al.*, 2021). Soma-se a isso a ausência de protocolos claros de proteção e o não reconhecimento simbólico e institucional do papel desses profissionais, o que contribuiu para o sentimento de desvalorização e abandono (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Mesmo após a fase mais crítica da pandemia, a expectativa de retorno à normalidade foi frustrada pela manutenção de altas demandas de trabalho, acúmulo de funções e escassez de suporte emocional. O aumento da pobreza, do desemprego e das doenças crônicas agravadas pela descontinuidade de cuidados durante a pandemia ampliou ainda mais as necessidades da população atendida, recaindo sobre os ACS a responsabilidade de responder a essas demandas emergentes, muitas vezes sem preparo técnico ou respaldo psicológico (MIRANDA; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

A falta de ações estruturadas para monitorar a saúde mental dos ACS reforça o processo de invisibilização institucional, no qual os impactos psicosociais do trabalho são negligenciados pelas gestões municipais e pelas políticas públicas de saúde do trabalhador. Diversos estudos apontam que esses profissionais continuam atuando em territórios marcados pela desigualdade, violência e sofrimento social, sem receber acompanhamento psicológico ou momentos de escuta qualificada. Tal negligência contribui para o agravamento de quadros de ansiedade, depressão e esgotamento emocional, repercutindo negativamente tanto na saúde do trabalhador quanto na qualidade da atenção prestada à comunidade (LIMA *et al.*, 2023).

Dessa forma, observa-se que o trabalho dos ACS foi intensificado não apenas em quantidade, mas também em complexidade, exigindo competências que ultrapassam o escopo originalmente previsto para a função. No entanto, essa intensificação não foi acompanhada de políticas de valorização ou proteção, evidenciando um cenário de adoecimento progressivo e silencioso. A invisibilidade do sofrimento mental desses profissionais evidencia a fragilidade das estratégias de cuidado institucional e reforça a necessidade urgente de criação de dispositivos de suporte psicosocial na Atenção Básica (FERREIRA; COSTA, 2022).

Ansiedade e Depressão como Condição Persistente

Diversos estudos evidenciam o crescimento expressivo de transtornos mentais comuns, especialmente ansiedade e depressão, entre os Agentes Comunitários de Saúde no cenário pós-pandêmico. Esses profissionais têm relatado sintomas como insônia, crises de pânico, irritabilidade, fadiga crônica, pensamentos intrusivos e sentimentos de inutilidade, muitas vezes associados à sobrecarga de tarefas e ao sofrimento acumulado durante o período pandêmico. A experiência cotidiana com o sofrimento alheio, a morte de usuários e colegas, o medo constante da contaminação e a sensação de impotência diante da precariedade dos serviços contribuíram para um quadro de adoecimento mental coletivo (COSTA *et al.*, 2023).

Além da vivência direta de situações traumáticas, o contexto de trabalho marcado por exigências emocionais elevadas e ausência de contrapartidas institucionais alimenta um ambiente de insegurança subjetiva, que intensifica os sintomas ansiosos

e depressivos. É importante destacar que esses transtornos, muitas vezes, não são diagnosticados ou tratados, pois os próprios ACS tendem a negligenciar seu sofrimento psíquico em razão do estigma associado à saúde mental, ou mesmo por falta de acesso a serviços adequados OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021).

A inexistência de espaços sistemáticos de escuta, acolhimento ou supervisão psicosocial nas Unidades de Saúde da Família (USF) contribui diretamente para o agravamento desse sofrimento, transformando a dor emocional em uma constante silenciosa no cotidiano de trabalho. A negligência em relação à saúde mental dos ACS compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a qualidade e continuidade do cuidado ofertado às comunidades, tornando-se um problema de saúde pública (LIMA *et al.*, 2023).

Síndrome de Burnout: Exaustão Emocional Invisibilizada

A Síndrome de Burnout, descrita como um distúrbio psíquico crônico relacionado ao ambiente laboral caracteriza-se por três dimensões principais: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal no trabalho (MASLACH; LEITER, 2016). No contexto dos ACS, essa síndrome tem se mostrado uma condição recorrente, intensificada pelas demandas excessivas, metas inatingíveis, pressão institucional, carência de reconhecimento e vínculos precários de trabalho (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021).

Os ACS, por estarem constantemente expostos à vulnerabilidade social das comunidades, absorvem parte do sofrimento dos usuários, o que pode gerar um acúmulo de desgaste emocional conhecido como “cansaço por empatia”. A despersonalização, nesse cenário, aparece como um mecanismo de defesa psíquica, no qual o trabalhador passa a tratar os usuários de forma distante ou mecanizada, como forma de autopreservação frente à sobrecarga afetiva (COSTA *et al.*, 2023).

Outro aspecto relevante é a precariedade dos vínculos empregatícios que, em muitos municípios, ainda se dá por meio de contratos temporários, ausência de plano de carreira ou estabilidade, aumentando a insegurança no trabalho e diminuindo a percepção de pertencimento institucional. Essa realidade, somada à falta de reconhecimento simbólico e material, intensifica o desgaste psíquico, alimentando um ciclo de esgotamento progressivo. A invisibilidade da Síndrome de Burnout entre os ACS representa um desafio para a gestão da Atenção Primária à Saúde, uma vez que seu não enfrentamento compromete a efetividade das ações em saúde, o vínculo com o território (e a própria humanização do cuidado (LIMA *et al.*, 2023).

Políticas Públicas e o Silenciamento Institucional

Embora os Agentes Comunitários de Saúde sejam reconhecidos legalmente como profissionais integrantes das equipes da Estratégia Saúde da Família, com papel estratégico na promoção da equidade e no fortalecimento do SUS, observa-se uma lacuna histórica nas políticas públicas voltadas ao cuidado com sua saúde mental. Na prática, os programas de Saúde do Trabalhador, mesmo nos estados e municípios que os implementam, raramente incluem os ACS como público prioritário, negligenciando sua exposição aos riscos psicosociais (BRASIL, 2023).

O silenciamento institucional do sofrimento psíquico desses trabalhadores expressa um tipo de violência simbólica, que naturaliza o adoecimento como consequência inerente ao trabalho em territórios vulnerabilizados. A ausência de dispositivos de acolhimento, como escuta qualificada, rodas de cuidado, apoio psicoterapêutico e valorização profissional, reforça uma cultura organizacional marcada pela lógica produtivista e pela indiferença emocional (BARROS; NASCIMENTO, 2022).

Em muitos municípios, a gestão da Atenção Básica ainda se orienta por metas numéricas e indicadores quantitativos, invisibilizando as dimensões subjetivas e emocionais do trabalho dos ACS. A falta de investimentos em capacitação continuada, saúde mental e segurança no trabalho reflete uma lógica utilitarista, na qual o bem-estar do profissional é secundarizado em nome da eficiência operacional. É necessário, portanto, romper com esse modelo excludente e construir políticas públicas integradas, que articulem as dimensões técnica, emocional e relacional do trabalho dos ACS. Isso inclui a criação de espaços institucionais permanentes de escuta, acompanhamento psicológico na rede de saúde mental, reconhecimento da importância do cuidado com o cuidador e promoção de ambientes laborais mais saudáveis e humanizados LIMA *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidenciou que os Agentes Comunitários de Saúde, embora essenciais para o funcionamento da Atenção Básica e para a consolidação do SUS, permanecem historicamente à margem das políticas institucionais voltadas à saúde do trabalhador. A pandemia de COVID-19 não apenas intensificou as condições já precárias de trabalho enfrentadas por esses profissionais, como também agravou os níveis de sofrimento mental, traduzidos em quadros persistentes de ansiedade, depressão e síndrome de burnout.

O cenário pós-pandêmico revelou que a sobrecarga emocional dos ACS não foi apenas momentânea, mas constituiu uma condição duradoura, resultado da combinação entre alta demanda assistencial, ausência de suporte psicológico, desvalorização institucional e precariedade nas relações de trabalho. A invisibilização desse sofrimento compromete não apenas a saúde individual desses trabalhadores, mas a qualidade da atenção prestada às comunidades, gerando impactos diretos na efetividade das ações de promoção, prevenção e cuidado no território.

Dessa forma, torna-se urgente que gestores, formuladores de políticas públicas e equipes interprofissionais reconheçam a centralidade dos ACS no sistema de saúde e desenvolvam estratégias concretas para acolher e proteger sua saúde mental. Isso inclui a implementação de espaços de escuta qualificada, programas permanentes de cuidado psicossocial, ações educativas sobre saúde mental no trabalho, suporte institucional frente ao adoecimento e valorização profissional.

É necessário romper com a lógica da produtividade a qualquer custo e investir em modelos de gestão humanizados e sustentáveis, que respeitem os limites físicos e emocionais dos trabalhadores da saúde. O cuidado com quem cuida é não apenas um dever ético e institucional, mas uma estratégia fundamental para fortalecer o SUS e promover uma atenção básica mais justa, equitativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. D.; NASCIMENTO, P. R. S. O trabalho dos agentes comunitários de saúde no SUS: entre o reconhecimento e a precarização. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 750-760, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus – COVID-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do Trabalhador: diretrizes e políticas públicas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

COSTA, L. F. *et al.* Impactos psicossociais da pandemia de COVID-19 sobre os Agentes Comunitários de Saúde. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 304-312, 2023.

FERREIRA, A. M.; COSTA, L. F. Sofrimento psíquico e condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde após a pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 47, e230046, 2022.

LIMA, M. V. S. *et al.* Adoecimento psíquico de trabalhadores da saúde na pandemia: a invisibilidade dos ACS. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 1433-1442, 2023.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. Burnout: o custo do cuidado humano. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2016.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MIRANDA, L. A.; OLIVEIRA, K. R.; SILVA, M. A. C. Os impactos da COVID-19 no trabalho dos agentes comunitários de saúde: desafios e perspectivas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, e210179, 2021.

OLIVEIRA, M. S.; NASCIMENTO, R. A. Síndrome de Burnout entre Agentes Comunitários de Saúde no contexto pós-pandêmico. **Revista de Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 98-106, 2021.

RIBEIRO, K. B. *et al.* COVID-19 e atenção primária: o papel dos agentes comunitários de saúde no enfrentamento da pandemia. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 45, e76, 2021.

SILVA, J. R. *et al.* Ansiedade, medo e exaustão entre agentes comunitários de saúde: a face invisível da pandemia. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 23, n. 3, p. 793-802, 2022.